

HORIZONTES PARA POLÍTICA HABITACIONAL NO MST: A PARTICIPAÇÃO DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO I – LAGOINHA SP

Tamyse Campos Bueno Norberto¹

Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)
São José dos Campos, SP, Brasil



Enviado em 19 nov. 2024 | Aceito em 27 abr. 2025

Resumo: Uma nova articulação no campo das políticas de habitação rural vem sendo traçada pelo MST e CRAterre para viabilizar a construção tradicional com terra e metodologia construtiva compatíveis com a realidade do campo. A parceria visa a ampliação do conhecimento da técnica construtiva formando replicadores em todo o território nacional. O grande gargalo da construção civil, opressora à realidade do campo e promotora de grandes impactos ambientais, que mantém o homem do campo apartado de sua tradicionalidade, justifica tal parceria. Pois o modelo hegemônico da construção civil da economia dominante, separa o sujeito de suas necessidades e condições de acesso à moradia adequada às suas demandas compatíveis com a produção e reprodução da vida rural. As políticas públicas relativas PNHR e PNRA, embora tenha apresentado grande efetividade nos últimos 15 anos, não considerou as peculiaridades que as dimensões da vida no campo conservam, podendo ter contribuído, inclusive, com uma infraestruturação do campo permitindo o investimento, público ou privado, de interesses imobiliários futuros. Além disso, as políticas estabelecidas não preveem a permanência do camponês no território rural a fim de evitar uma dinâmica de êxodo rural.

Palavras-chave: MST, Construção com terra, Política de habitação, Egídio Brunetto I, Autonomia

HORIZONS FOR HOUSING POLICY IN THE MST: THE PARTICIPATION OF THE EGÍDIO BRUNETTO I SETTLEMENT PROJECT – LAGOINHA SP

Abstract: A new partnership in the field of rural housing policies has been outlined by the MST and CRAterre to make traditional construction with earth and construction methodology compatible with the reality of the countryside viable. The partnership aims to expand knowledge of the construction technique by forming replicators throughout the country. The justification revolves around the major bottleneck of the civil construction industry, which is oppressive to the reality of the countryside and causes major environmental impacts, in addition to keeping rural people hostage, separated from their traditional ways. This hegemonic civil construction configuration separates the individual from their needs and conditions of access to housing that is adequate to their demands, compatible with the production and reproduction of rural life. The public policies provided by the PNHR and PNRA, although highly effective over the last 15 years, did not consider the peculiarities that the dimensions of rural life retain, and could even have contributed to the infrastructure of the countryside that allows for investment, public or private, in future real estate interests. Furthermore, the established policies do not provide for the permanence of peasants in rural areas, avoiding an exodus dynamic.

Keywords: MST, Construction with earth, Housing policy, Egídio Brunetto I, Autonomy.

HORIZONTES DE LA POLÍTICA DE VIVIENDA EN EL MST: LA PARTICIPACIÓN DEL ASENTAMIENTO EGÍDIO BRUNETTO I - LAGOINHA SP

Resumen: Una nueva articulación en el ámbito de las políticas de vivienda rural ha sido delineada por el MST y CRAterre para viabilizar la construcción tradicional con tierra y la metodología constructiva compatible con la realidad del campo. La alianza pretende ampliar el conocimiento de la técnica constructiva mediante la formación de replicadores en todo el país. El mayor cuello de botella en la industria de la construcción, que oprime la realidad del campo y promotor de importantes impactos ambientales, que mantiene a las poblaciones rurales separadas de sus tradiciones, justifica dicha asociación. Porque el modelo hegemónico de construcción civil en la economía dominante separa al sujeto de sus necesidades y de las condiciones de acceso a una vivienda adecuada a sus demandas, compatible con la producción y reproducción de la vida rural. Las políticas públicas relativas al PNHR y al PNRA, aunque hayan sido muy eficaces en los últimos 15 años, no han considerado las particularidades que las dimensiones de la vida rural conservan, e incluso podrían haber contribuido a la infraestructura del campo, posibilitando inversiones públicas o privadas en futuros intereses inmobiliarios. Además, las políticas establecidas no contemplan la permanencia de los campesinos en las zonas rurales para evitar una dinámica de éxodo rural.

Palabras clave: MST, Construcción con tierra, Política de vivienda, Egídio Brunetto I, Autonomía.

Introdução

O desenvolvimento rural em sua trajetória histórica teve seu olhar sempre apontado para o desenvolvimento econômico, concebendo o território rural como um celeiro de investimentos. Com o surgimento de críticas da ausência da dimensão cultural em suas discussões, difundidas pelo movimento do pós-desenvolvimentismo, o desenvolvimento para área rural, que inicialmente carregava o nome de “desenvolvimento agrícola”, passou a pensar, em certa medida, a complexidade do campo em diferentes dimensões de suas relações e inter-relações.

Em meados de 1960, com o surgimento da revolução verde², uma nova compreensão acerca da agricultura se desenhava sobre os moldes do capitalismo ocidental. Esse fenômeno, afirma Cardona et. al, (2016), experimentou a mercantilização gradativa da vida social. Nessa fase, os movimentos sociais ambientalistas e camponeses pressionavam o Estado contra os impactos causados pela grande exploração dos recursos naturais e revolução verde, em decorrência da modernização do campo (CARDONA et. al., 2016).

Os movimentos sociais pela reforma agrária surgem nessa época, com as ligas camponesas, União de Lavradores e Trabalhadores agrícolas (ULTAB) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) pleiteando a liberdade da terra para quem quisesse plantar, pois a modernização conservadora e acelerada em que apostou o país resultou em um doloroso processo de expropriação rural estratégica (MAZIN et al. 2015), refletido até hoje na estrutura fundiária do Brasil.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu em 1985 reivindicando a liberdade da terra para quem quisesse plantar, lutando por uma reforma agrária e justiça social. Entretanto, em 40 anos de luta, a reforma agrária nunca efetivou-se, foi assim que em 2014, no seu VI congresso, o MST adotou outra estratégia, a Reforma Agrária Popular, deixando a Reforma Agrária no modelo clássico (realizada pelo poder constituinte) “guardada”, e apostando na parceria com a sociedade civil e autonomia de seus povos, mostrando que os assentamentos são espaços de vida e criatividade. Plantar comida saudável, recuperar rios e florestas e valorizar a cultura do campo entra na agenda do MST.

Portanto, a Reforma Agrária Popular representa a re-existência (HURTADO e GONÇALVES, 2022) dos trabalhadores rurais dos territórios da reforma agrária. Nesse sentido, o caminhar para a autonomia é um desenho que vem sendo traçado pelo movimento por meio de estratégias e soluções não capitalistas. Essas estratégias surgem, necessariamente, da base, dos verdadeiros sem terra cuja *expertise* não se aplica aos escritórios, mas sim à lida na terra. Um setor no qual podemos notar essa autonomia, é a construção das moradias dos camponeses, que tradicionalmente é feita com a utilização do barro cru. Entretanto, a materialização dessa prática esbarra na legislação e normas estabelecidas pelas políticas de crédito rural e política de crédito da reforma agrária.

Este artigo, explora as possibilidades que são oferecidas pelas políticas de créditos habitacionais rurais, alinhadas à lógica da acumulação do capital, visto que há muitos questionamentos levantados acerca do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e Programa Nacional pela Reforma Agrária (PNRA) quanto sua eficiência na potencialização da vida rural e suas diretrizes construtivas que acabam por reproduzir no campo, paradigmas aplicáveis ao contexto urbano. Muitas são as críticas relativas às metodologias, técnicas e tecnologias projetativas e construtivas. Ainda vale questionar a destinação do recurso, que aquece o mercado da construção

² Nome dado ao momento em que as tecnologias de guerra desenvolvidas pela biotecnologia passam a distribuir para países periféricos sementes modificadas de alimentos, com a crença na erradicação da fome. [Esse movimento provocou o esvaziamento do campo] (SN do MST, 2015).

civil em vez de promover uma economia solidária, pensando que o beneficiário, muitas vezes trabalha na construção da própria moradia de graça, gerando mais valia para as construtoras, sacrificando o seu tempo para agricultura e recebendo uma moradia de qualidade comprometida, que não atende suas demandas rurais e não conversa com a paisagem do campo.

O objetivo deste artigo é analisar, portanto, a política de habitação para a reforma agrária e discutir um horizonte possível que vem sendo traçado entre o MST e o CRATerre (Centro Internacional de Construção com Terra) localizado na França. A parceria explora possibilidades de formação educativa e concepção de estratégias de processos construtivos adaptados. Assim, o fenômeno de pesquisa adotado é o MST com recorte no Projeto de Assentamento Egídio Brunetto I, em Lagoinha-SP, local onde se localiza a Escola Popular de Agroecologia Ana Primavesi (EPAAP), a qual recebeu, junto ao coletivo de Habitat do MST na regional do Vale do Paraíba-SP, a visita do diretor do CRATerre Thierry Joffroy, e o qual, a pesquisadora deste artigo é pré-assentada.

Portanto, primeiramente a pesquisa se dedica a apresentar o fenômeno de estudo e uma breve contextualização sobre a reforma agrária; em seguida traçaremos uma análise sobre os programas de habitação rural e seus reflexos na busca de compreender a problematização acerca do tema; o terceiro bloco se debruça na argumentação contra a lógica do capital aplicada à construção civil, em que o homem simples³ (MARTINS, 2022) é apartado da sua tradição na medida em que a vida moderna se impõe ao campo, revelando juntamente a negação da agenda estratégica da reforma agrária popular que utiliza-se da agroecologia para construção social; na sequência faz-se uma apresentação do recorde de pesquisa, que é o assentamento Egídio Brunetto I (EB I), apresentando suas potencialidades e práticas de construção com terra, que datam desde o período da expansão do território pela ocupação dos lotes, diante da necessidade de criar soluções para re-existir no território; e por fim no quinto bloco trazemos uma compreensão de como se organiza o MST e o EB I e como vem sendo traçada essa articulação que se apresenta como um novo horizonte para as políticas públicas de habitação nos territórios da reforma agrária.

MST e Reforma Agrária Popular

A data que marca a fundação oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é 1984, quando do seu primeiro Encontro Nacional pela Reforma Agrária, em Curitiba - Paraná, onde foram discutidos os principais pilares do movimento: a luta pela terra, a luta pela reforma agrária e a luta pela transformação social. A conjuntura política na época era a concepção do Plano Nacional pela Reforma Agrária (PNRA), liderado por José Sarney incentivando a desapropriação por interesse social com a promessa de assentar 1,4 milhões de famílias, criticando a especulação de terras e dialogando com a organização dos trabalhadores e setores da igreja. O plano surge com intuito de acalmar os movimentos que surgiam insatisfeitos com a mecanização do campo e a consequente espoliação de terras, ocorrentes concomitantemente no cenário. Em contraposição surgia também a União Democrática Ruralista (UDR), um movimento contrário, formado por latifundiários e os “ofendidos” pelo PNRA, que culminou em uma onda de violência no campo caracterizada por ameaças, torturas, perseguição e morte de lideranças dos movimentos pela reforma agrária, tornando-se o PNRA uma promessa de reforma agrária não cumprida no país. No Encontro foi

³ O uso do termo “homem simples” no decorrer do texto faz referência ao livro de José de Souza Martins (2022) “A sociabilidade do homem simples”, que traz a reflexão acerca da vida tradicional do homem simples em conflito com a transição de modelos econômicos no Brasil, em contexto de modernização.

concebida a primeira palavra de ordem do MST que dizia “Ocupar é a única solução” (MAZIN, et. al. 2015).

Mesmo com a participação popular nas agendas políticas iniciada na década de 2000, a reforma agrária nunca foi consolidada. As estratégias de luta e pleito traçadas pelo MST vêm acompanhando a movimentação do desenvolvimento rural e o papel do Estado, aparelhado com os interesses do capital. Cada palavra de ordem concebida nos Encontros do MST está relacionada com a conjuntura política do momento. Em 2014, no seu VI Congresso Nacional, o MST concebeu a palavra de ordem “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!” (MARTINS, 2016, p. 69), adotando como ferramenta política o método de produção agroecológico, e traçando como meta a produção de alimentos saudáveis para uma soberania alimentar, recuperação do solo degradado pelo modelo agressivo de agricultura extensiva e, plantação de árvores na direção de uma sociedade mais justa (SN do MST, 2015).

A adoção da agroecologia na produção agrícola do MST revela-se uma importante estratégia para legitimar a organização popular como territorialidade⁴ (HAESBAERT, 2004) na reforma agrária popular, alinhando-se com o conceito de re-existência descrito por Hurtado e Gonçalves (2022): uma forma de existir no território novamente, desta vez, não colonizado ou passível de subalternização, passivo ou apartado do poder de decisão, mas sim como protagonista de sua própria forma de vida, autor da sua produção e reprodução da vida. Nesse sentido, a Reforma Agrária Popular, que agora conta com agroecologia como ferramenta de re-existência, promovendo um paradigma de economia avesso a agricultura extensiva (com uso de bioinsumos em detrimento aos agrotóxicos, produzindo alimentos saudáveis e principalmente fomentando o modo de economia solidária), re-existe buscando a autonomia de sua organização em todos os setores do desenvolvimento. Ao re-existir, legitima cada acampamento e assentamento da reforma agrária como uma territorialidade.

Política Habitacional para o Campo

O PNRA (Programa Nacional pela Reforma Agrária), pautado no Estatuto da Terra de 1964, prevê:

[...] a desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária, "mediante pagamento de justas indenização". Essa desapropriação tem por finalidade, promover a justa e adequada distribuição da propriedade; induzir exploração racional da terra; permitir a recuperação social e econômica das regiões; estimular pesquisas pioneiras; entre outros fins (art. 18 do Estatuto da Terra). É, por isso, um meio e não um fim em si mesmo. A negociação e o entendimento é o instrumento primeiro a ser tentado (BRASIL, 1985, item II, art. 1.1).

Vinculado ao Plano, a Lei Federal 13.465 de 2017: “dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária” (BRASIL, 2017, Art. 1). Dentre os créditos disponibilizados, o crédito habitação, que neste ano teve início com o edital 324/2024, para habilitação de entidades representativas junto ao Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) a fim de acessar e administrar o recurso para finalidade de construção e reforma de Habitação de Interesse Social Rural (HISR). O valor disponível trata de 75 mil para construção e 45 mil para reforma em territórios da reforma agrária por todo o Brasil.

⁴ Territorialidade seria um conjunto que consiste de um povo, uma cultura na/da qual se identifica, possui sentimento de pertencimento, vínculo com a paisagem, atividades dependentes de um território, seja econômica, cultural, educativa. O que estaria mais alinhado com as relações de poder pela apropriação (HAESBAERT, 2004).

Segundo a Instrução Normativa nº 139, de Dezembro de 2023, referente aos procedimentos operacionais e administrativos para a concessão, acompanhamento e fiscalização das modalidades de crédito habitacional e reforma, em seu Capítulo III, art. 4º dispõe que o benefício será depositado em conta nominal ao beneficiário, recebendo ele um cartão magnético válido somente para o recebimento dos créditos concedidos por meio do PNRA, de uso exclusivo e intransferível, sendo vetado o uso por terceiros. Há de se questionar se a determinação em direcionar o crédito diretamente ao beneficiário, homem simples do campo em situação de vulnerabilidade, configura um retrocesso na lei, visto que, diante das ausências de políticas públicas voltadas para acampados da reforma agrária que aguardam processo de homologação, o acesso ao crédito habitação sem intermédio de entidade representativa, pode vir a subsidiar fins outros que não a construção da moradia – direito resguardado pela Constituição de 1988 (C.88), culminando, portanto, em uma armadilha para o endividamento do trabalhador do campo, que permanecerá sem a aquisição da moradia. Ainda há de se questionar a quem interessa essa manobra.

Complementarmente, o Programa Minha Casa Minha Vida, lei federal 11.977 de 2009, foi desmembrado em dois: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Este último surgiu a partir de reivindicações de movimentos populares pela reforma agrária e agricultores de produção familiar (BUONFIGLIO, 2022). Mas somente em 2013 os assentamentos da reforma agrária entram no programa (RODRIGUES et. al., 2023).

Buonfiglio (2022) traz importantes reflexões acerca do PNHR, como sua efetividade e principalmente sua suposta eficiência dentro do contexto rural. Uma das principais características do programa é a possibilidade de contratação por meio de entidades representativas, tais como associações e cooperativas locais ou criadas pelo próprio movimento, que possam representar os interesses desse grupo social. De 2009 a 2020 foram contratadas 215.706 Unidades Habitacionais (UH), em que 183.896 já foram entregues. Até 2022 havia 31.810 UH ainda em vigência (BUONFIGLIO, 2022). É evidente que a contratação e administração dos recursos foram promissores.

Entretanto, os processos construtivos deixaram a desejar, pois dentre todas as categorias construtivas permitidas pelo PNHR, nenhuma reforçou a economia solidária⁵ ou promoveu estratégias contra a exploração do trabalhador rural como mais valia.

Segundo Rodrigues et. al. (2023), o programa permitia métodos construtivos, tais como mutirão assistido, autoconstrução assistida, administração direta (em que a organização representante contrata mão de obra) e empreitada global (por meio de construtora). Nos fenômenos de pesquisa dos autores (três assentamentos da região oeste do estado de São Paulo), o método adotado foi a autoconstrução assistida:

[...] que pressupõe, além do incentivo ao trabalho coletivo e a construção de novas sociabilidades, uma forma de organização política, estabelecendo um novo patamar de relação das comunidades com o Estado, uma vez que se previa que se consolidassem novos sujeitos sociais responsáveis pela administração de recursos e da gestão da obra (RODRIGUES et. al., 2023, p.72).

Porém, segundo os autores, formou-se no canteiro de obra, uma configuração de relações patronais entre moradores e empreiteiros que revelaram uma exploração do trabalho excedente ao

⁵ [Trata-se de uma economia organizada e aplicada de forma coletiva, mais presente entre] pessoas historicamente excluídas pertencentes às classes populares, que buscam alternativas para geração de renda. Essas iniciativas assumem diversas formas: cooperativas que atuam nos vários setores da economia (produção, consumo, serviços, etc), pequenas empresas de caráter familiar e/ou comunitário, bancos populares, clubes comunitários de troca, entre outras (AZAMBUJA, Lucas Rodrigues, 2009).

aliar construtoras ao trabalho voluntário forçado dos moradores beneficiários, reforçando a submissão do campesinato ao capital. Pois o trabalho do próprio beneficiário voluntário gera a mais valia para a construtora. Além disso, o valor entregue pelo programa, que destina 30% para pagamento de mão de obra, revela-se insuficiente para a construção de uma UH adequada, o que leva à má qualidade e ineficiência das moradias.

Ambos autores também apontam para a má qualidade na tipologia concebida para as habitações rurais, reduzidas pelas empreiteiras à, como diria Ferreira (2012), “casas carimbo”. Pois o tempo para análise de projeto definido pela financiadora, não permite a projeção criativa. Além disso, determinações como padrões de medidas e obrigatoriedade em determinados materiais construtivos contribuem para uma entrega injusta e de qualidade comprometida (Rodrigues et. al., 2023)

Buonfiglio (2022) aponta o PNHR como verdadeiramente expressivo ao incluir os agentes não hegemônicos na produção de casas no meio rural comparado à modalidade Entidades (no urbano). Entretanto, acredita que a política do PNHR foi insuficiente para atender a demanda de habitação rural no país e é passível de muitas críticas, fornecendo subsídios para questionar se o programa configura-se uma nova política territorial ou promove uma fronteira política habitacional. Para a autora, o programa ainda reflete sobre o território rural, os paradigmas aplicados na política habitacional urbana como se o campo não revelasse características próprias, apesar de complementares. E ainda coloca que os “resíduos” de vida urbana são corroídos pelo sistema de acumulação do capital ao passo que este se expande territorialmente a fim de aprimorar-se, promovendo uma nova paisagem no território e novas atividades econômicas.

Nos cabe questionar, nesse sentido, como a cultura urbanizadora atravessa o campo, provocando um apagamento das tradições e costumes de certas territorialidades e questionar até que ponto o PNHR não seria promotor [dessa desculturação e] de uma urbanização extensiva capaz de contribuir com a espoliação do campo, tão necessária para a expansão da acumulação capitalista. Duas dessas fontes de ampliação da acumulação capitalista é a especulação imobiliária e a indústria da construção civil, com o uso de material construtivo como o cimento, [incompatível com a paisagem rural], impondo-lhe uma lógica em que a infraestruturação permite receber novas formas de investimentos (público ou privado) no campo. Pois como política de habitação adequada ao território rural, o PNHR deveria ter como principal estratégia, a permanência dos camponeses e agricultores de pequena produção familiar nos territórios, evitando um contexto de êxodo rural, como aponta Buonfiglio (2022).

A efetividade do PNHR foi importante no sentido de transformar as relações, inclusive de tradicionais laços patronais, em determinadas localidades que refletiu nas agendas políticas territoriais. É possível perceber inclusive um aquecimento na economia local (RODRIGUES et. al., 2023):

A presença dos assentamentos tende a desencadear processos de reorganização local e regional com um aumento da população municipal decorrente dos assentamentos, o que pode implicar a ampliação do mercado de trabalho e de consumo gerando efeitos sobre o comércio local, aumentando a coleta de impostos, etc. (RODRIGUES et. al., 2023, p.65).

Apesar dos avanços na habitação rural e alterações no contexto de suas aplicações, é preciso levantar questões importantes sobre a eficiência dos programas na realidade correspondente ao território rural, nesse sentido, Buonfiglio (2022) levanta a questão sobre a necessidade de se analisar a correspondência entre a produção de habitação e as necessidades das famílias em territorialidades

tradicionais, amparadas no valor cultural e simbólico, em estudos futuros. Assim, nosso questionamento reserva-se a compreender se é possível aprimorar o PNHR e o PNRA a fim de incorporar em seus planos e diretrizes a possibilidade de considerar cronogramas, planilhas, orçamentos, projetos, o tempo e o processo construtivo adequado à realidade das dinâmicas rurais.

A proposta do PNHR e PNRA de ser adaptada aos processos construtivos compatíveis com a realidade do campo, é uma forma de evitar a espoliação, a corrosão do território rural pelos interesses do capital e a exploração da mais valia sobre o trabalho excedente via trabalhador rural.

Dimensões da vida simples na construção tradicional

Conceber políticas públicas que potencializam o campo com a real característica e riqueza de peculiaridade que este espaço oferece, requer mergulhar em um universo que foi negado pela cultura modernizante concebida pelo país. O conceito de moderno, conforme discute Martins (2022) só pode ser percebido através do tradicional, estabelecido por uma dicotomia rivalizante cujo moderno é a representação da promessa do novo, quase que a promessa do paraíso, enquanto que o tradicional seria a representação do velho, obsoleto, objeto a ser superado.

Nesse sentido, o homem simples, descrito por Martins (2022), acessa o lugar do limbo. Vemos esse homem simples, no camponês que se vê obrigado a negar sua tradição porque as modernas máquinas agrícolas trazem o futuro, minimizam o trabalho sofrido de sol a sol, permite a hora do descanso com direito a pesca e até viagem, nunca antes sonhada. Porém, não lhe é acessível, pois esse homem trabalha e trabalha com a ilusão de que ao trabalhar dobrado conseguirá modernizar sua roça, sendo que na realidade, sua dificuldade reside na ausência de políticas públicas para que ele se adapte às novas condições e mesmo assim, mantenha sua rotina e tradicionalidade.

A identificação com o inautêntico (MARTINS, 2022), provocada pela estruturação de um pensamento moderno aliado a inclusão perversa (SAWAIA, 2001) evoca um estranhamento diante das representações do moderno, cuja tradicionalidade lhe é negada pela falsa promessa do progresso. Esse estranhamento é revelado no tempo em que a ideologia do progresso se impõe ao tradicional, que por sua vez, constroi o senso de nacionalidade disseminado no início do século XIX no Brasil, fazendo com que o homem simples (representado aqui, pelo homem do campo), não se identifique nem com o tradicional e nem com o moderno (MARTINS, 2022).

O projeto de modernização do campo foi o projeto de espoliação de uma grande massa de famílias camponesas sem uma política de inclusão, pois, se no campo precisava-se de máquinas, na cidade, precisava-se de mão de obra, tornando violenta a adaptação a um contexto de vida absolutamente incompatível com a vida simples e tradicional. Em vez disso, uma inclusão perversa se estabeleceu, transferindo para o homem do campo a culpa pela dificuldade de acesso às políticas públicas e outros direitos constituintes, uma vez que o “discurso do nós” (SAWAIA, 2001) é parte estrutural de uma política neoliberalista que nega a existência de múltiplas territorialidades (HAESBAERT, 2004), principalmente territorialidades tradicionais. Assim, muitos anos de inclusão perversa (SAWAIA, 2001) culminou em levantes decoloniais, que a partir de suas experiências, comunidades marginalizadas (urbanas e rurais) iniciaram insurreições a partir de pensamentos e práticas não hegemônicas.

Escobar (2000) acredita que a genealogia do homem moderno é desenhada por políticas que promovem o individualismo aliado à história das necessidades e a lógica do mercado. Como resultado, temos uma sociedade com dificuldade em estabelecer o pensamento crítico, tanto quanto conceber como conhecimento, a prática das experiências vividas. Esses conhecimentos residem nas

experiências vividas de muitas insurreições de comunidades que estão surgindo por toda a América Latina, legitimando suas existências por meio de ações “não capitalistas”. São grupos sociais (tradicionais ou modernos, urbanos ou rurais) que formam territorialidades organizadas para pensar estratégias de enfrentamento e proteção diante das ofensivas do Estado neoliberalista (ZIBECH, 2007). São povos que extraem de suas experiências de subalternizados, uma nova estratégia de re-existência e luta:

Estes grupos tem avançado em estratégias de reterritorialização em resistência, ou seja, opondo-se a uma estrutura de poder dominante, mas também através de processos de reapropriação da natureza, da cultura, inventando outras formas de ser e estar no território, de existências, em fim, re-existências” (HURTADO e GONÇALVES, 2022, p.3, tradução nossa).

Por meio de Leff (2006) Hurtado e Gonçalves (2022) afirmam que além de reviver este local de subalternizado, que é o panorama político, essas territorialidades reivindicam o direito desse espaço nesse cenário da lógica do mercado, existindo não como subalternizados, mas como desejam ser, trocando o sentimento de opressão pelo sentimento de presença e vida.

Nesse sentido, a autonomia do desenho é um conceito explorado por Escobar (2017), que explica sistemas de bem viveres traçados por comunidades que negam a lógica da acumulação e valorizam a vida em todas as dimensões, inclusive, todas as formas de vida. A teoria é baseada no conceito de Autopoiesis, cunhado pelos biólogos Maturana e Varela (1987) para explicar espécies capazes de autoreproduzirem-se a si mesmos, em que ao passo que se autoreproduzem em sistemas autônomos, estabelecem relações com outros sistemas, cuja relações é ditada de dentro para fora. Portanto, Escobar (2017) aplica esse conceito da biologia à comunidades capazes de articular, produzir e reproduzir sistemas políticos, econômicos, sociais, materiais, culturais, espirituais, educacionais, tecnológicos e intelectuais em seus próprios territórios de forma não capitalista, baseados em uma economia solidária, cuja interação com instituições (públicas ou privadas) externas, se dão mais solidamente conforme mais sólida se torna a autonomia dentro do território. O teórico ainda toma por base da autonomia do desenho, o tripé *ser-saber-fazer*, que denota a responsabilização pelo indivíduo que se é diante da territorialidade e com a territorialidade; a importância do domínio das técnicas para que não se dependa de terceiros que possuam esse domínio, além de emancipação intelectual; e a prática do trabalho comunitário em sistemas de mutirão e autogestão para independe também da contratação de terceiros e evitar cumplicidade com a lógica da exploração do trabalho.

O MST, portanto, com sua organicidade e estratégias de proteção e enfrentamento em prol da liberdade da terra, também luta pela liberdade de suas existências. Nesse sentido, desejar e lutar pela sua moradia, adequada à tradição e à realidade da paisagem e dinâmica rural, coloca o MST no mesmo lugar onde se encontram tantos grupos de resistência que vem surgindo pela América Latina. Não somente, como o coloca como uma territorialidade de re-existência que busca a autonomia e bem viver nas variadas dimensões da vida.

Assim, mesmo que o sentimento de exclusão ou discriminação “determinam e são determinados por formas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência” (SAWAIA, 2021, p.9), o tradicional re-existe nos territórios marginalizados pela dominação da cultura moderna hegemônica. Conforme relata Martins (2022), é possível encontrar nos territórios tradicionais, como o meio rural, o uso de signos do moderno no cotidiano tradicional. Um exemplo seria a construção de casas de barro cru aliadas ao uso de garrafas e vidros reciclados tão presentes nos territórios tradicionais.

Portanto, vimos que a construção habitacional rural promovida pelos programas de incentivo do poder público se mostra insuficiente e inadequada às dinâmicas de produção e reprodução da vida no campo, pois além das questões levantadas por Buonfíglio (2022) e Rodrigues et. al. (2023), abordados anteriormente, outras questões no campo da subjetividade não conversam com o bem viver das comunidades rurais. Não é considerado por exemplo, as tradicionalidades e práticas já consolidadas pelos povos camponeses, pois a construção com terra crua, denominada “construção agroecológica” nos territórios, presente na tradição cabocla e nos assentamentos da reforma agrária em todo o país, revela-se uma delas.

Devido à demora no processo de homologação do território, a necessidade por abrigo e proteção extrai das entranhas do homem simples (MARTINS, 2022), a construção de moradias à sua maneira, ou à maneira ancestral. Essa prática está muito presente nos assentamentos da região do Vale do Paraíba em São Paulo.

A técnica mais utilizada na região é a taipa de mão, entretanto, a normatização para técnicas construtivas aprova poucas tecnologias de bioconstrução das quais não incorpora a taipa de mão. Entre as aceitas (ABNT NBR 16814), a construção com madeira, adobe (bloco maciço de terra crua), taipa de pilão (paredes monolíticas de terra crua ou estabilizada) e o bambu (ABNT NBR 16828-1 et 16828-2). Embora represente um avanço, revela-se limitante às tradições e práticas peculiares a cada povo, memória, cultura e território.

O que observamos é um conjunto de leis elaboradas por pessoas que estão alheias à realidade particular do contexto prático. Além disso, o uso de materiais da indústria da construção civil como cimento e ferro não compactuam com os princípios da Reforma Agrária Popular, que tem como base política e social a agroecologia, e se revelam caros, tanto no seu valor de mercado como para transportá-los para territórios rurais, muitas vezes distantes e inacessíveis via automóvel.

A construção com terra pode ser considerada uma solução eficaz para amenizar os impactos das alterações climáticas que prevê a elevação da temperatura nos biomas tropicais de 4°C (CANAL GOV, 2024), considerando que o barro tem capacidade de respirar e, portanto, fazer simbiose com o clima, mantendo fresco seu interior quando o calor está elevado no exterior ou aquecendo o interior conforme a temperatura cai no lado externo (CARVALHO e LOPES, 2012). Pois essas tecnologias construtivas constituem uma resposta a um dos grandes gargalos da construção civil relacionado com impactos ambientais gerados pela alta emissão de carbono, uma vez que essa indústria e a produção de cimento são duas das principais responsáveis por esse impacto. Portanto, a concepção de estudos de viabilidade, envolvendo experimentações de processos e técnicas construtivas torna-se fator indispensável para a construção de habitações em contextos rurais e de re-existência.

Egídio Brunetto I e suas características

Rodrigues et al. (2023) coloca que os trabalhadores rurais sem terra precisam enfrentar duas lutas, uma para conquistar a terra e outra para permanecer nela, pois eu acrescento uma terceira luta, a necessidade de legitimar a territorialidade de forma autônoma, sendo considerada capaz de elaborar, articular, administrar e produzir seus próprios meios de produção e reprodução da vida.

O recorte do nosso fenômeno de pesquisa é o Projeto de assentamento Egídio Brunetto I (EB I), localizado na cidade de Lagoinha-SP, dentro da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVALE). A territorialidade tem como paisagem a cabeceira do rio Paraitinga, que conflui com

o rio Paraibúna e deságua no Paraíba do Sul, e remanescente da Mata Atlântica⁶. O território possui 1.659,626 ha., cujo 637,049 destina-se a Reserva Legal e 232,102 destina-se à área de Preservação Ambiental, restando 790,474 ha. destinados ao cultivo e plantio (ABRA, 2012)

Imagem 1 - localização do EB I no contexto Brasil



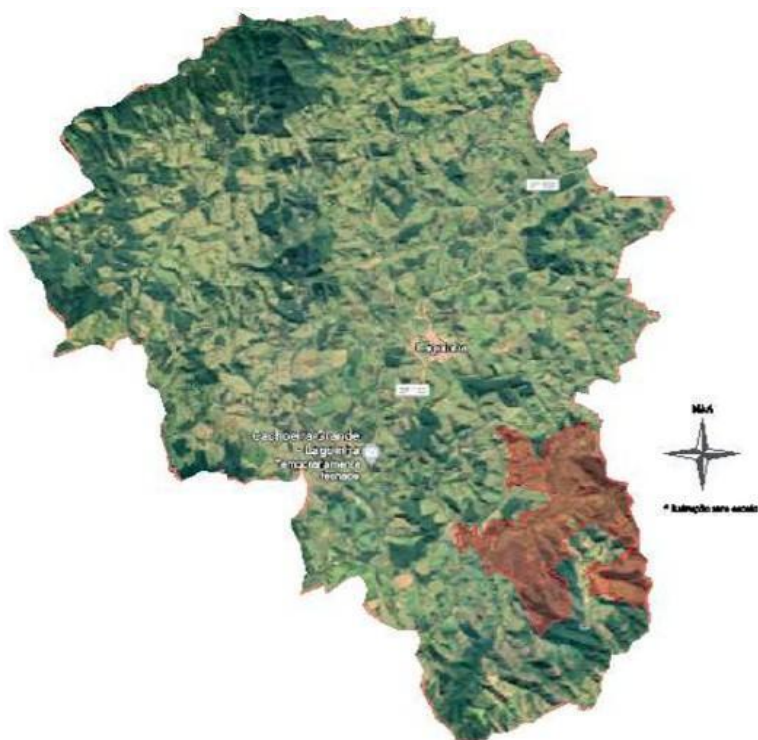
Fonte: produzido pela autora

O assentamento EB I teve sua primeira ocupação em 2010 e permaneceu até 2014, data em que ocorreu uma reintegração de posse. A segunda ocupação ocorreu logo em 2015 e permanece até hoje. O território possui 55 famílias abrigadas em 55 lotes (ABRA, 2012).

A territorialidade nesses quase 10 anos, vem aguardando o processo de homologação em barracos de lona e casas de barro construídas em sistema de mutirão. No ano de 2024 toda a comunidade participou do edital de nº 1754/ 2023, para seleção das famílias a serem homologadas. As inscrições foram realizadas entre os dias 4 a 15 de março deste ano e foi aberto a todo o município e região, segundo o edital. Em outubro de 2024, o INCRA anunciou a lista de inscritos deferidos e indeferidos no edital. Essa tensão gerada pela falta de sensibilidade do poder público, aliado a possibilidade de não permanência no território, reflete um verdadeiro desrespeito para com os moradores do EB I, que em todos esses anos vêm re-existindo no território sob a desassistência do Estado, ausência de transporte público (uma vez que o território dista 9km do centro urbano de Lagoinha-SP), saneamento básico, luz elétrica e habitação. Foram quase 10 anos construindo casas de barro e criando meios de produzir de forma agroecológica, comercializar, educar e legitimar que o espaço é composto também de sonhos.

⁶ A mata atlântica, considerada o terceiro maior bioma do Brasil, vem sofrendo devastação desde o período da colonização. Atividades econômicas como o ciclo do algodão, da cana e do café e a extração de ouro e diamantes foi responsável pela supressão de grande parte desse bioma; atualmente, com remanescente de 8% de floresta natural, a agropecuária, a exploração de madeira e reflorestamento com pinus e eucalipto, além do adensamento urbano continuam colocando a mata atlântica em risco de extinção e reduzindo sua extensão territorial. [Inclusive no Vale do Paraíba e Litoral Norte] (CARDOSO, 2016).

Imagem 2 - localização do EB I no território de Lagoinha-SP



Fonte: Executada pela autora

Imagem 3 - Ampliação do Território EB I e divisão de lotes



Fonte: Executada pela autora

Como membro do território (aproprio-me aqui de uma pequena autoetnografia para citar algumas de minhas observações) me asseguro em afirmar que a comunidade reserva em si grandes potenciais de autonomia, assim como outros povos de luta e re-existência, vêm se organizando cada vez mais a fim de estabelecer no território, dispositivos que independam de iniciativas públicas ou privadas. Perceba que, independe não é o mesmo que recusar tais iniciativas, pois como o desenho autônomo proposto por Escobar (2017), as relações com instituições externas vão se tornando cada vez mais fortes e saudáveis conforme a autonomia torna-se também mais forte e saudável.

Existem sete características comuns em comunidades que se levantam em re-existência por uma autonomia em seus territórios observadas por Zibech (2007), seriam elas: o enraizamento nos territórios provenientes de anos de luta; autonomia do Estado, partidos e outras organizações; afirmação da identidade e diferença; capacidade de educar através de meios próprios e formar intelectuais; papel de destaque da mulher; relação não hierárquica com a natureza; e a transição de formas de ação instrumental em direção à autoafirmação.

Para confirmar se o território em questão atende essas premissas seria necessário uma apurada pesquisa com a comunidade a partir de metodologias adequadas, porém, minha experiência como sem terra me permite afirmar que é evidente o enraizamento no território após dez anos de literal resistência, pois a identificação com o movimento e com os princípios da agroecologia é latente; podemos observar com muita clareza também, o papel do protagonismo feminino no EB I, cabendo citar a articulação de mulheres na construção de uma escola do campo denominada “Escola Popular de Agroecologia Ana Primavesi” (EPAAP), a articulação de mulheres no coletivo de Habitação e Infraestrutura, cuja bioconstrução tem papel central nas discussões e práticas, a liderança de mulheres na brigada de incêndio do território e a presença feminina também no coletivo de coletores de sementes; por fim, por meio da EPAAP o território revela sua capacidade de educar através de seus próprios meios e formar intelectuais.

Organicidade do MST e articulações na construção com terra

No que concerne à organicidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os territórios são divididos em setores administrativos local, regional, estadual e nacional, representado por uma direção feminina e uma direção masculina. Cada Territorialidade é composto por seis setores, a saber: setor da educação; comunicação, cultura e juventude (CCJ); setor de formação militante (responsável por transmitir a organicidade do MST; bem como suas estratégias de enfrentamento e proteção); setor de produção (que abarca as articulações acerca da produção agrícola, comercialização do território e construção de moradias); setor da saúde e o setor de frente de massas (que articula as estratégias de proteção e enfrentamento como diplomatas interna e externamente).

No ano de 2024 o MST, dentro do setor de produção, criou o coletivo de HABITAT para articular a construção, não só de moradias para os territórios da reforma agrária, como o ambiente de convivência e trabalho. O setor também organizou-se em nacional, estadual, regional e local. Esse coletivo, o qual coordeno na instância local e regional, foi criado devido à demanda de acesso aos créditos concedidos pelo PNHR para habitação e reforma, cabendo a ele, a coordenação não somente das políticas de créditos como as demandas de infraestrutura (abertura de estradas, saneamento básico e outras construções que demandam o trabalho e a vida na roça).

O coletivo Habitat da regional do Vale do Paraíba, por meio da EPAAP, vem contribuindo na articulação de uma parceria entre MST e o CRATerre, o maior laboratório de construção com terra do

mundo, arrisco-me a dizer, cuja a experiência se assenta na assistência de comunidades tradicionais em diversos países, como o Egito, Irã, Colômbia, El Salvador, Índia, Somália, Congo, entre outros. Essa parceria vem sendo construída por muitos parceiros, tais como: Escola da Cidade; Núcleo de Apoio à Pesquisa: Produção e Linguagem do Ambiente Construído / FAU USP (NAPPLAC); Habis - Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade, Instituto de Arquitetura e Urbanismo / IAU USP, São Carlos, SP; Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF); Centro Agroecológico Paulo Kageyama - espaço de formação nacional do MST, em Jarinu / SP; Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa e Extensão em Agroecologia Laudenor de Souza - entidade de formação do MST em âmbito estadual, com sede em Itapeva / SP; Escola de Educação Popular Rosa Luxemburgo, espaço de formação estadual, Agudos / SP; Cooperativa Multiprofissional de Assessoria Produção Industrialização e Comercialização dos Assentamentos de Reforma Agrária (COOTRASP); Associação Mista de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Vale do Paraíba (AAMAVAP) em Taubaté-SP; Associação Internacional para Cooperação Popular (BAOBA); Instituto Nacional de Colonização para Reforma Agrária (INCRA); Associação do Centro Internacional de Construção com Terra (CRATerre); Unidade de Pesquisa e Arquitetura, Meio Ambiente e Culturas Construtivas – FR (AE&CC); Les Grands Ateliers de l'Isle d'Abeau (GAIA).

A parceria nasceu da necessidade do enfrentamento contra o contraditório mercado da construção civil que mantém os territórios da reforma agrária refém dos modelos construtivos hegemônicos. Para isso compreende-se a necessidade de expandir a experiência da construção agroecológica (com terra) entre os artesãos nos assentamentos, compreendendo que o grande gargalo desse modelo de construção é a falta de profissionais com conhecimento e experiência. Embora exista em muitos assentamentos a assessoria técnica realizada por meio de universidades, ainda esbarramos na questão da escala. A capacitação de nossos artesãos possibilita remunerá-los para que seja dispensável a contratação de mão de obra, muitas vezes, não especializadas, ou construtoras que extraem a mais valia desse processo explorando o beneficiário. Assim, garantimos um processo adequado ao tempo da comunidade, qualidade da tipologia e da Unidade Habitacional (UH) e o retorno do recurso para a própria comunidade.

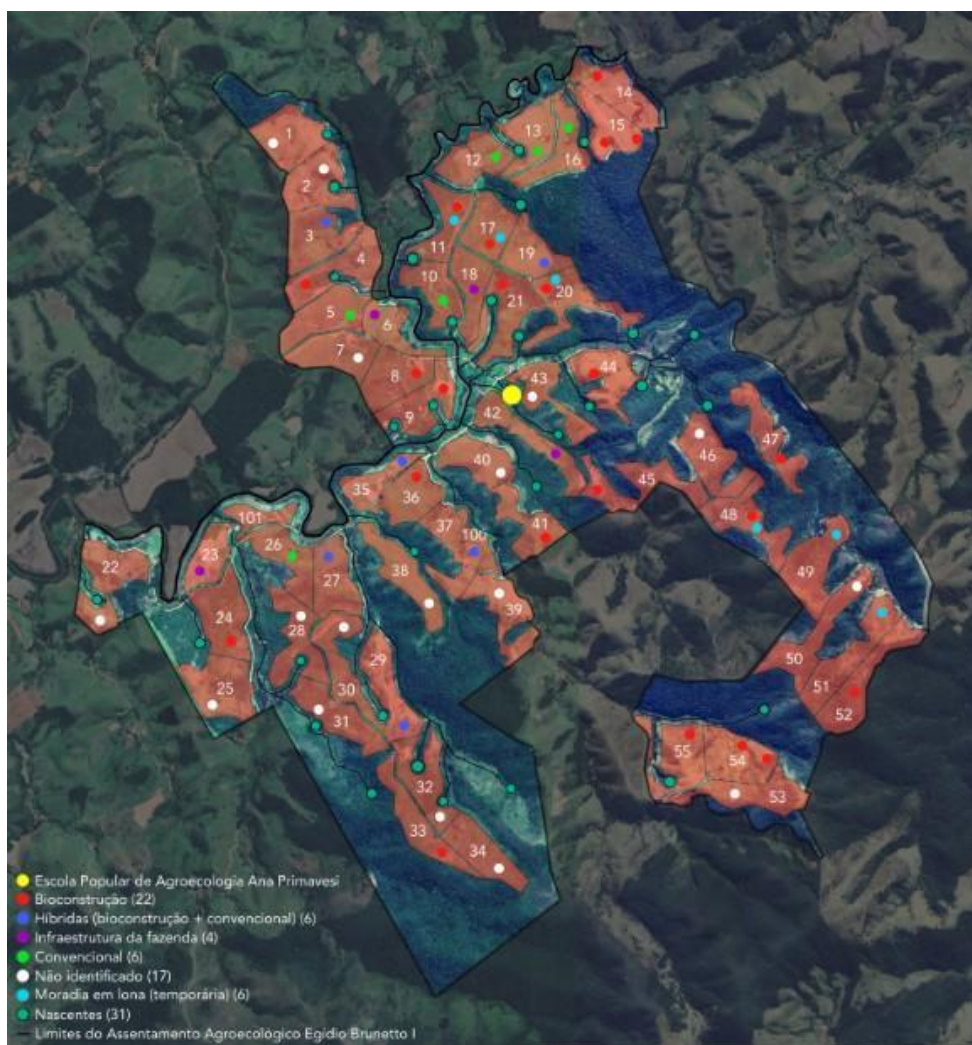
Nesse sentido, pretende-se um intercâmbio educacional entre MST (BR) e CRATerre (FR) a fim de promover o conhecimento e experimentação na construção com terra, tanto no Brasil como na França. A estratégia é começar de um pequeno ponto que envolve um assentamento no Brasil e se expandir, em espiral para todo o país, por meio da formação em construção com terra sob o método de canteiro escola⁷. Para esse ponto inicial, a equipe técnica das articulações do MST e do CRATerre concordou em aplicar o primeiro canteiro-escola no território do EB I, que recebeu a visita do diretor da CRATerre, Thierry Joffroy, em maio de 2024.

A visita foi realizada no dia 29 de maio, após o III Seminário e Encontro da RENACE – Rede Nacional de Canteiros Experimentais realizado na Universidade de São Paulo (USP), contando com a presença, além do representante do laboratório francês, um representante do NAPPLAC-USP (Núcleo de Apoio a Pesquisa Produção e Linguagem do Ambiente Construído), um representante da associação Baobá e alguns participantes do seminário. Os visitantes chegaram ao fim da tarde do dia 29 de maio e permaneceram até o dia 30 no mesmo mês, a fim de conhecer o território, as técnicas construtivas aplicadas pelos artesãos locais, a paisagem, geografia, clima do território e

⁷ O canteiro-escola trata-se de uma metodologia de ensino da arquitetura que transcende as salas de aula, expandindo-se para a prática no canteiro construtivo. Entretanto, vai além de aprender construindo, o canteiro escola apoia-se na construção de ideias a partir da troca de saberes fazendo crítica social ao trabalho alienado da arquitetura sob divisão social do trabalho, em que o desenho, por exemplo, está restrito aos saberes do arquiteto (BESSA; LIBRELOTTO, 2021)

também, a comunidade que nele reside. O local foi escolhido devido sua característica peculiar, além da proximidade com a Universidade. O EB I resguarda experiência considerável em construção com terra, sendo muitas delas promovidas por meio de vivências com arquitetos e visitantes interessados. A Imagem 4 ilustra os modelos de UH e quantidade de acordo com as cores.

Imagem 4 - mapa de modelos construtivos do EB I



Fonte: equipe técnica MST

Foi realizado no primeiro dia uma roda de conversa e apresentação de todos presentes, abordando assuntos pertinentes ao território; no segundo dia Thierry realizou uma apresentação do trabalho da CRATerre e sua aplicação em diferentes comunidades tradicionais em diversos países do globo; em seguida conduzimos os visitantes para participar de uma atividade de barreamento em uma casa em construção da comunidade, lá ele explicou alguns conceitos sobre técnicas e processos construtivos; após um almoço agroecológico, todos seguiram para uma visita técnica em outras duas construções com terra.

Imagem 5 - Atividades Construtivas. À esquerda Thierry demonstra teste de qualidade do barro e a direita, companheiros barreando uma casa no lote 11 do território.



Fonte: Coletivo Habitat do EB I

Imagem 6: Atividades da Visita do CRATerre e USP. À esquerda, atividade de preparação do barro para construção de parede em pau-a-pique no lote 11, onde reside um dos companheiros e à direita, imagem interna da casa feita em pau-a-pique de uma companheira do território.



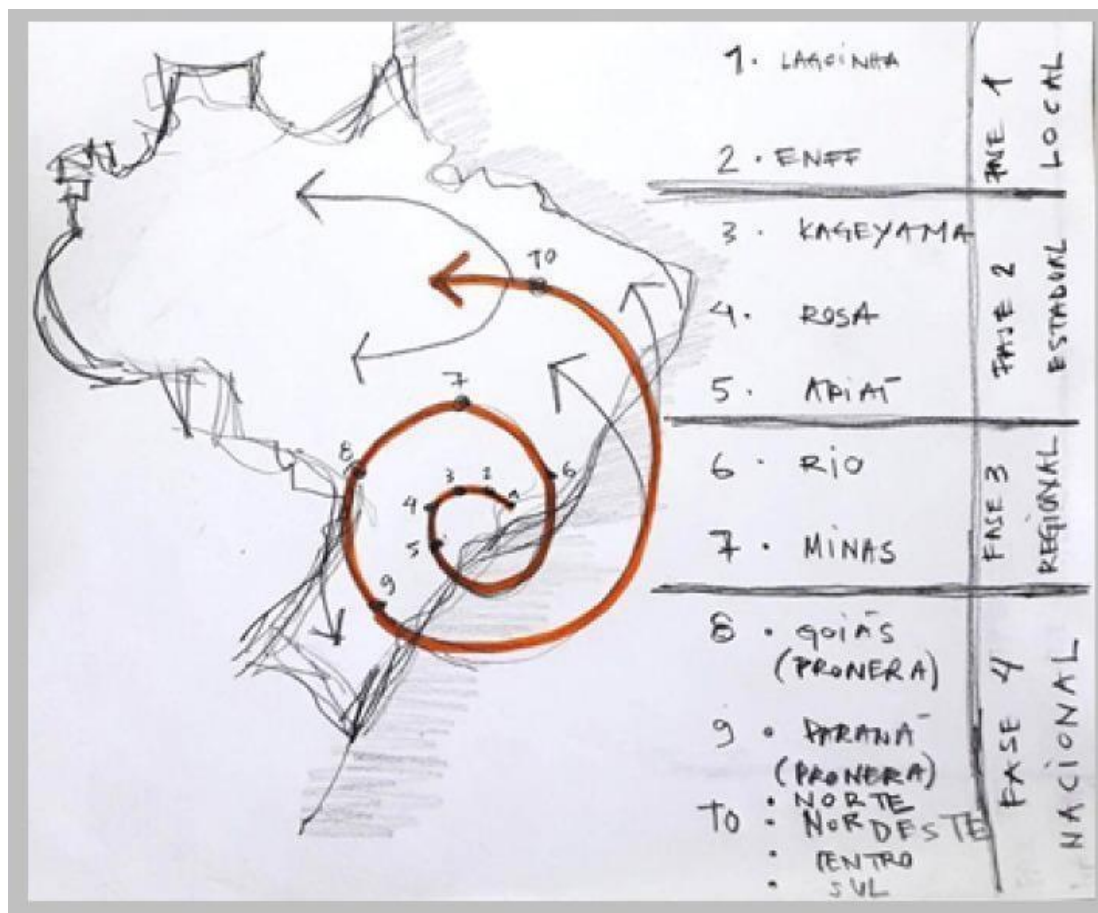
Fonte: Coletivo Habitat do EB I

O canteiro escola terá início em maio de 2025 e pretende atender toda a regional do Vale do Paraíba na formação de artesãos experimentados para que repliquem a experiência e tecnologia em seus territórios, serão incluídos também alunos e profissionais de arquitetura. O projeto, que tem como financiador o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) por meio do Chamamento 003/2024 CAU EDUCA, tem como objetivo a experimentação, não somente de técnicas construtivas, como processos de viabilidades construtivas a considerar a paisagem, geografia e o clima local. Outro fator relevante a se considerar é o tempo para construção relativo às atividades com agricultura, pois a metodologia pretendida é incorporar o trabalho coletivo amparado pela autogestão à prática da construção com terra e o sonho da moradia.

A iniciativa do processo formativo por meio de canteiros-escola visa o desenvolvimento de uma metodologia de construção com terra que envolve estudo de viabilidade local e tempo para construção compatível com a agricultura e clima local. No decorrer do canteiro-escola, pretende-se conceber uma brigada de construção no projeto de assentamento EB I para que possam coordenar as atividades construtivas local bem como ampliar o conhecimento formando dentro do território

novos artesãos. Importantíssimo ressaltar que o projeto tem como protagonista o assentado, homem simples do campo que se vê sempre à margem das decisões que competem à sua própria vida.

Imagem 7 - Esquema de espiral para desenvolvimento da parceria MST-CRATerre



Fonte: Equipe técnica MST-CRATerre

O ponto inicial da aplicação desse projeto tem como território o assentamento Egídio Brunetto I, em Lagoinha-SP e pretende seguir para a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema-SP. Optou-se pelo EB I devido, além da constatação da existência da prática de construção agroecológica no território, à necessidade de experimentar processos e não somente técnica e tecnologia, pois uma localidade onde não exista experiências vividas e territorialidade não seria possível experimentar processos aplicados ao cotidiano rural. A ENFF, nesse sentido, é escolhida para que possamos transmitir a 1ª experiência, no EB I e assim atingir o maior número possível de assentamentos no Estado de São Paulo. Essa é a primeira fase local do projeto.

Para a fase estadual pretende-se aplicar a experimentação no Centro de Formação Paulo Kageyama - Jarinu / SP; depois na Escola Popular Rosa Luxemburgo em Iaras-SP; e por fim no Assentamento David de Luiz Macedo-SP. As trajetórias aqui descritas são meros esboços dessa articulação, podendo ser alterados ao decorrer de seu desenvolvimento.

Para fase Regional pretende-se incluir assentamentos do Rio de Janeiro e Minas Gerais e por fim, na última fase, a fase nacional, intentamos assentamentos no Estado de Goiás e Paraná, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), abrangendo para Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sul. A equipe busca parcerias com universidades e grupos financeiros para

a idealização desse ambicioso projeto. A ilustração da imagem 6 representa o esboço de um projeto discutido entre equipe técnica, o setor nacional de produção do MST e o INCRA nacional em 2023, e portanto, passível de alterações. Há de se considerar por exemplo, a implantação do projeto em Pernambuco e Rio Grande do Sul, onde a produção de casas pelo PNHR tiveram maior expressão, sendo finalizados 1.162 contratos em Pernambuco e 1.089 no Rio Grande do Sul (SANTO et al. 2023).

O projeto tem como processo oficinas de diagnóstico local, a fim de analisar quais melhores materiais e técnicas a serem aplicados e compreender o espaço e geografia local para traçar estratégias de coleta e transporte dos materiais; oficinas de projeção para compreender os desejos e demandas da comunidade, coletivos e individuais; oficinas experimentais construtivas a partir de pequenas construções onde serão aplicadas as técnicas escolhidas, dividida em fundação, vedação, cobertura e acabamento; e oficinas de avaliação.

Conclusão

O maior desafio (inclusive para Planejamento Urbano e Regional) desse projeto é conceber uma metodologia que seja aplicável em todos os territórios brasileiros sem que seja replicado em todos os territórios brasileiros de modo a repetir técnicas e tecnologias, pois o que menos desejamos é mais um “modelo” de plano tecnocrático que dê a regra de “como fazer”, já que esse modelo horizontal e experimental parte das especificidades de cada local, cultura e memória.

Nesse sentido, a parceria MST-CRATerre busca estabelecer meios de autonomia construtiva no território da reforma agrária, capaz de permitir que os assentamentos elaborem e projetem suas propostas, como estratégia de enfrentamento, e até mesmo proteção contra os interesses do capital, de modo a incluir e protagonizar os camponeses, verdadeiros interessados nas políticas públicas, no processo de desenho e decisão dos planejamentos. Assim, essa parceria demonstra verdadeira capacidade de concepção e soluções estratégicas que independam do Estado ou das iniciativas privadas, visando incluir nas leis, a possibilidade de “experimentar” atendendo o tempo da agricultura e as necessidades do assentado da reforma agrária, conferindo prazer à comunidade em gestionar o projeto, projetar (com assistência técnica de arquitetos), produzir e ser remunerado pelo processo. Isso significa tirar das mãos de grandes corporações o poder de nossas decisões, o poder de nossas vidas, mas para além disso, o poder de acumular o capital às custas de vidas que são violentamente jogadas à margem do sistema para que não lutem, não decidam e não acessem a redistribuição de renda que é dever constituinte do Estado.

Portanto, a economia solidária é elemento fundante desse processo que possibilita um novo horizonte na direção da autonomia, já que parte do princípio de ter os sujeitos dessas comunidades como protagonistas na gestão prática e administrativa dos recursos públicos, rompendo com o princípio da acumulação do capital em conglomerados financeiros e empoderando de maneira horizontal os atores envolvidos.

Referências

- ABRA. *Memorial acampamento Egídio Brunetto*. Brasília: ABRA (Associação Brasileira da Reforma Agrária), 2018.
- AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os valores da economia solidária. *Revista Sociologias*, Porto Alegre: ano 11, nº 21, p. 282-317, 2009.
- BRASIL (1985). *Decreto 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o plano nacional de reforma agrária, PNRA, e, da outras providências*. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1985/d91766.html#textoimpressao. Acesso em: 02 nov. 2024.
- BRASIL (2017). *Lei nº 13.465, de 11 de Julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal [...]*. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em: 11 jun. 2024.
- BRESSA, Sofia Araújo Lima; LIBRELOTTO, Lisiane Ilha. A importância das práticas construtivas nos canteiros experimentais em cursos de arquitetura e urbanismo. *Campinas: PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, v.12, pe021028, 2021.
- BUONFIGLIO, Leda (2022). *Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR): Fronteira da Política Habitacional no Brasil*. Niterói: GEOgraphia, vol. 24, n. 52.
- CARDONA, Juan Camilo de los Ríos; CRUZ, Mailane Junkes Raizer da; VENDRUSCOLO, Rafaela; RADOMSKY, Guilherme F. W. (2016). "Desenvolvimento rural, do agrícola ao territorial". In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. (orgs.). *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: UFRGS editora.
- CARVALHO, Thaís Májore Pereira de; LOPES, Wilsa Gomes Reis (2012). *A arquitetura de terra e o desenvolvimento sustentável na construção civil*. Tocantins: Artigo para VII CONNEP.
- DOU. *DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Instrução Normativa nº139, de 8 de dezembro de 2023*, publicado em 11/12/2023, Brasília. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-139-de-8-de-dezembro-de-2023-529537962>. Acesso em: 16 de março de 2025.
- ESCOBAR, Arturo (2000). *Autonomía y Diseño*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- FERREIRA, João Sette Whitaker (2012). *Produzir casas ou construir cidades: desafio para um novo Brasil urbano*. São Paulo: Fupam.
- HAESBAERT, Rogério (2004). *Dos múltiplos territórios às múltiplas territorialidades*. Porto Alegre: artigo.
- HUMBERTO, Maturana; VARELA, Francisco (1987). *The Tree of Knowledge. The Biological Roots of Human Understanding*. Berkeley: Shambhala.
- HURTADO, Lina Maria; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Resistir e Re-existir. *Universidade Federal Fluminense. Revista GEOgrafia*, v. 24, n. 53. Niterói, 2022.
- LEFF, Enrique (2006). *El movimiento ambiental por la reapropiación social de la naturaleza: seringueiros, zapatistas, afrodescendientes y pueblos indígenas de América Latina*. In: *Racionalidad Ambiental. La reapropiación social de la naturaleza*. México: Siglo XXI Editores. p.396-456.
- MARTINS, Adalberto (org.) (2016). *Elementos para compreender a história da agricultura e a organização do trabalho agrícola*. Caderno de formação nº 40. São Paulo: Secretaria Nacional do MST.
- MARTINS, José de Souza (2020). *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec.
- MAZIN, Ângelo Diogo; ESTEVAM, Douglas; STEDILE, Miguel Enrique (2015). *A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente, história do MST*. Veranópolis (RS): Construção do curso de história ITERRA/UFFS.
- NAÇÕES UNIDAS. Fala do presidente Lula. *Canal Gov. Brasil*, 2024, Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pyY-bt-sC7w>. Acesso em: 01 de novembro de 2024.
- PEREIRA, Mariana Pimentel (2021). *Escola Popular de Agroecologia Ana Primavesi: uma construção comunitária*. Piracicaba: Trabalho de conclusão de curso pela ESALQ – USP.
- RODRIGUEZ, Angel Stive Castañeda; INO, Akemi. *Habitação de interesse social na produção do habitat rural em territórios de reforma agrária no oeste do estado de São Paulo, Brasil*. Colômbia:

Cidades, Comunidades e Territórios, 2023.
SAIWA, Bader (org.) (2021). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Editora Vozes.
SANTOS, Andréa dos; LORENTZ, Juliana Ferreira; BRAGA, Matheus Quintão; D'ÁVILA, Claudia Aparecida Romeiro; HENRIQUES, Bruno Silva; OLIVEIRA, Izabela Faria; CALIJURI, Maria Lúcia. Crédito habitação: alcance das políticas e fixação do homem no campo. *Curitiba: Brazilian Journal of Development*, v.9, n.8, p. 24217–24240, 2023.
SECRETARIA NACIONAL DO MST (2015). *Cartilha do programa agrário do MST para o VI congresso nacional*. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 4ª ed.
SEI/INCRA (2023). *Edital nº 1754/2023, torna público o presente Edital da realização de seleção das famílias candidatas do PNRA [...]*. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/selecao-assentamentos/sao-paulo/SP_selecao_edital_1754_2023.pdf. Acesso em: 01 de novembro de 2024.
ZIBECH, Raúl (2007). *Autonomías y Emancipaciones, America Latina en movimiento*. Lima: Biblioteca Nacional do Perú.